



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

# Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 43 • 25 a 31/11/07 • ISSN1809-6182

## Análise

### **29/11/2007 – Nova Constituição boliviana.....p.01**

Sem a presença da oposição, a Assembléia Constituinte boliviana aprova, em primeira, instância a nova Constituição do país.

## Resenhas

### **03/12/2007 – XVII Cúpula Ibérica.....p.04**

Realizou-se, durante os dias 8 a 11 de novembro de 2007, a XVII Cúpula Ibero-americana em Santiago, Chile. Líderes de 20 países da América Latina mais Espanha, Portugal e Andorra reuniram-se na discussão de políticas sociais para promover a inclusão social dentro das sociedades Ibero-americanas.

---

# Nova Constituição boliviana

---

Análise  
Segurança

Luiz Fernando Damaceno Moura e Castro

29 de novembro de 2007

---

**Mesmo sem a presença da oposição, a Assembléia Constituinte boliviana aprova, em primeira, instância a nova Constituição do país.**

---

**E**m 24 de novembro de 2007 a Assembléia Constituinte da Bolívia aprovou a nova Constituição do país. A votação, realizada na cidade de Sucre, foi boicotada pela oposição, mas apesar disso aprovada. A nova Constituição recebe críticas principalmente das regiões mais ricas do país, onde movimentos de direita organizaram greves e paralisações em protesto à aprovação.

Eleito em 2005, o presidente Juan Evo Morales Ayma foi o primeiro presidente indígena a subir ao governo da Bolívia. Proveniente das classes pobres do país, Morales surpreendeu analistas de política ao conseguir se eleger com pouco acima de 50% dos votos, pelo o *Movimiento al Socialismo* (MAS), partido que ajudou a criar.

Diferentemente de outros líderes latino-americanos, que pregam redistribuição de recursos em suas campanhas, Evo Morales tem uma história pessoal e política altamente ligada a movimentos populares e indígenas. Membro de associações indígenas e rurais, Morales foi membro do Parlamento Boliviano em 1997 e sempre manteve a mesma linha ideológica da realização de um governo indígena, que buscasse a nacionalização dos recursos naturais, a redistribuição de terra e a melhoria das condições das populações mais pobres; os três pilares de sua campanha.

Essa linha é responsável pela manutenção

de sua base eleitoral, composta pela grande maioria indígena dos 9 milhões de habitantes do país. Essa base se encontra principalmente nas regiões mais pobres ao oeste do país. A oposição ao governo, representada principalmente pelo *Poder Democrático e Social* (*Podemos*), tem sua base eleitoral distribuída pelas províncias<sup>1</sup> do leste.

Foi exatamente nas províncias na qual se localiza a oposição, que as manifestações e paralisações ocorreram. Mais especificamente, são elas: *Santa Cruz, Tarija, Beni, Pando, Cochabamba e Chuquisaca*. Nessa última, mais especificamente na cidade de Sucre, se localizaram os conflitos mais violentos. Manifestações já vinham ocorrendo na semana da votação em relação à reivindicações para a mudança da capital de La Paz para Sucre<sup>2</sup>, na região mais rica do país.

O projeto político de Evo Morales é baseado, principalmente, na reforma agrária e na nacionalização de hidrocarbonetos. Seu programa prevê a elaboração de uma nova Constituição nacional e para tal uma Assembléia Constinte foi organizada por Morales em 2 julho de 2007, com 225 membros eleitos

---

<sup>1</sup> As províncias bolivianas são *Santa Cruz, Tarija, Beni, Pando, Cochabamba, Chiquisaca, Potosí, Oruro e La Paz*.

<sup>2</sup> A corte Suprema é situada em Sucre, que foi capital da Bolívia até 1893 quando, após uma guerra civil, a capital passou para La Paz.

democraticamente.

A assembléia seria o palco das discussões sobre as reformas governamentais que determinariam a aprovação da nova Constituição e, por fim, o futuro da política Boliviana. A votação, entretanto, ocorreu de forma controversa. Em protesto à aprovação da Carta Magna, os membros da oposição ao governo de Morales boicotaram a seção da Constituinte. A oposição declarava que a nova Carta aumentaria demais os poderes do presidente.

Todavia, os motivos podem estar relacionados às prováveis mudanças na balança de poder do país. De acordo com o professor de Relações Internacionais da PUC-Minas, Javier Alberto Vadell, em entrevista à Radio Nacional, “A nova Constituição proposta alteraria substancialmente o poder entre as elites tradicionais e a maioria da população”. Localizadas nas regiões de maior riqueza, onde se encontram as grandes fontes de hidrocarbonetos do país, as elites econômicas da Bolívia poderiam perder consideravelmente com a aprovação da Constituição.

De fato, a nova Constituição garante direitos específicos de controle sobre a própria jurisdição às populações de origem indígena e campesina. Dessa maneira, essas populações teriam um maior controle das regiões sob sua jurisdição, através de suas próprias autoridades, quase independentemente de instituições públicas ou privadas.<sup>3</sup>

### <sup>3</sup> Artículo 201

*Toda autoridad pública o particular acatará las decisiones de la jurisdicción indígena originario campesina.*

### Artículo 200

*La jurisdicción indígena originario campesina conocerá todo tipo de relaciones jurídicas, así como actos y hechos que vulneren bienes jurídicos realizados por cualquier persona dentro del ámbito territorial indígena originario campesino. La jurisdicción indígena originario campesina decidirá en forma definitiva, sus decisiones no podrán ser revisadas por la jurisdicción ordinaria, y ejecutará sus resoluciones en forma directa.*

Além disso, os recursos naturais passam a ser estatizados<sup>4</sup>, fator que diminui o poder político das regiões do leste, onde se concentra a oposição. Esse movimento estatizador foi colocado em prática nos primeiros momentos do governo de Morales. A ocupação militar de uma das instalações da Petrobras na Bolívia foi apenas o primeiro passo [[Ver Também: Nacionalização boliviana e a estratégia negociadora brasileira](#)]. Entretanto, esse projeto não é tão autoritário como é colocado por investidores estrangeiros e pela oposição do *Podemos*. Na realidade a estatização prescreve a posse 51% das empresas de exploração pela estatal *Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos* (Y.P.B.F.) e o aumento dos preços dos produtos explorados em solo boliviano e vendidos ao exterior.

A política é importante para a congruência do governo de Morales, mas a política sobre hidrocarbonetos pode ser perigosa para a Bolívia. Os investimentos externos são cruciais para a exploração dos aproximadamente 48 trilhões de metros cúbicos de reservas de gás que o país possui e, sem os devidos incentivos, a economia Bolívia pode ter problemas para se manter estável.

Essa, no entanto, é uma possibilidade pouco provável, já outros países mostraram interesse em investir na Bolívia dentro dos novos padrões impostos. A Rússia, por exemplo, através da estatal energética, Gazprom, anunciou em 2006 o interesse de investir 2 bilhões de dólares em exploração, produção e importação do gás boliviano. Além disso, investidores apenas diminuiriam o ritmo, esperando para ver quais as diretivas que Morales fosse realmente capaz de aplicar sem prejudicar enormemente esse setor.

### <sup>4</sup> Artículo 347

*I. Los recursos naturales son de propiedad y dominio social, directo, indivisible e imprescriptible del pueblo boliviano, y corresponderá al Estado su administración.*

Outro ponto que gerou discussão entre os opositores e até mesmo com os líderes internacionais é a cláusula que permite a reeleição ilimitada do presidente<sup>5</sup>. Essa cláusula é uma das que mais claramente estabelece a paridade entre o programa de Evo Morales e a Alternativa Bolivariana para as Américas, inaugurada pelo presidente venezuelano Hugo Chávez.

De fato, o presidente Morales tem sido acusado de seguir as diretivas propostas por Chávez, ao invés de buscar seu próprio caminho. Na realidade pode-se perceber uma relação muito maior de parceria entre os dois países, no tocante a contratos comerciais e relações diplomáticas.

A propostas de Morales não compõe um aglomerado de proposições *ad hoc*, mas segue um plano bem traçado, que busca uma mudança real na distribuição da terra e do poder na Bolívia. Sua metodologia política já foi criticada, por exemplo, quando ele ocupou importantes cargos administrativos a aliados partidários, provenientes das camadas indígenas da população, mesmo que não possuíssem o adequado nível de profissionalização política.

Esse fator representa um dos pontos de fraqueza na política de Morales, que além das dificuldades administrativas tem toda a elite financeira do país contra a aplicação de suas políticas.

Seria errado imaginar Evo Morales como algum tipo de líder revolucionário, com interesses realmente voltados para o povo boliviano. Mesmo que a Constituição tenha ainda que passar por um plebiscito (ainda sem data marcada), ela foi aprovada em primeira instância sem a presença de qualquer constituinte da

oposição. Esse ato garante os recursos que os opositores precisam para realizar manifestações e paralisações em nome da liberdade social e democracia.

A repressão da polícia, as mortes relacionadas com os conflitos sociais e a pressão econômica que recaem sobre os ombros de Morales reforçam uma espécie de paradoxo político, no qual, para realizar as reformas sociais que beneficiem a maioria indígena e pobre do país, deve agir de maneira quase autoritária.

## Referência

### Sites:

**Instituto Nacional de Estadísticas de Bolívia**

<http://www.ine.gov.bo/>

**Asamblea Constituyente da Bolívia**

<http://www.constituyente.bo/>

**Texto constitucional pré-aprovado**

<http://www.constituyente.bo/documentos/contenidos/constpolesta2.pdf>

**Presidencia de la República de Bolivia**

<http://www.presidencia.gov.bo>

**Power and Interest News Report**

<http://www.pinr.com>

**Upside Down World**

<http://upside-downworld.org>

**El Pais**

<http://www.elpais.com>

**Ver também**

18/05/2006: [Nacionalização boliviana e a estratégia negociadora brasileira](#)

<sup>5</sup> **Artículo 166**

*El periodo de mandato de la Presidenta o del Presidente y de la Vicepresidenta o del Vicepresidente del Estado es de cinco años, y pueden ser reelectas y reelectos consecutivamente.*

---

# XVII Cúpula Ibérica

---

Resenha  
Integração Regional

Diego Cristóvão Alves de Souza Paes  
03 de dezembro de 2007

---

Realizou-se, durante os dias 8 a 11 de novembro de 2007, a XVII Cúpula Ibero-americana em Santiago, Chile. Líderes de 20 países da América Latina mais Espanha, Portugal e Andorra reuniram-se na discussão de políticas sociais para promover a inclusão social dentro das sociedades Ibero-americanas.

---

Sob o tema “A coesão social e as políticas sociais para promover sociedades mais inclusivas na Ibero-América”, reuniram-se em Santiago do Chile, Chefes de Estado e de Governo de 22 países na XVII Cúpula Ibero-americana. O encontro anual ocorre desde 1990, quando foi realizado pela primeira vez em Guadalajara, no México.

Em 2007, a conferência foi marcada por novas discussões acerca da questão da instalação de uma fábrica de celulose no Uruguai, na fronteira com a Argentina. Segundo o governo argentino, a implantação da fábrica irá causar diversos danos ambientais ao Rio Negro, compartilhado entre os dois países. Este assunto vem gerando desentendimentos frequentes entre os dois países há quase dois anos [ver também: [Instalação de fábrica de celulose no Uruguai gera conflitos](#)].

Outra polêmica que tomou conta do encontro foi um desentendimento entre o líder venezuelano Hugo Chavez, o Primeiro-Ministro espanhol José Luis Zapatero e o Rei da Espanha Juan Carlos.

## A Cúpula

A Cúpula Ibero-americana teve início em 1990, impulsionada inicialmente pelo rei da Espanha e pelo presidente mexicano à época, Carlos Salinas Gortari. As primeiras manifestações acerca de uma

reunião que pudesse servir de encontro entre os países ibéricos e suas ex-colônias se iniciaram na Espanha ainda na década de 1970, após a redemocratização do país, por iniciativa do Rei espanhol. No entanto, nas décadas de 1970 e 1980, ditaduras militares que governavam países como Brasil, Argentina e Chile impediram que a cúpula se realizasse. O rei Juan Carlos acreditava que não seria adequada uma cúpula que colocasse em discussão líderes democráticos e ditatoriais.

Em 2004, foi estabelecida a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) com o objetivo de ser um órgão de apoio aos encontros, ajudando o país sede na organização, e na promoção da cooperação entre os Estados, bem como avaliar a observância aos acordos estabelecidos e agir na projeção internacional da Cúpula.

O atual Secretário-Geral da SEGIB, Enrique Iglesias<sup>1</sup>, foi nomeado por consenso entre todos os países participantes, ainda em 2004, e seu mandato tem a duração de 4 anos, podendo ser renovado apenas uma vez.

Desde 2005, a Cúpula Ibero-americana

---

<sup>1</sup> Economista uruguaio, ex- Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e ex-Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).



conta com o status de observadora na Assembléia Geral das Nações Unidas, assim como outras organizações internacionais, como União Européia, União Africana e Cruz Vermelha.

Além da SEGIB, a Conferência Ibero-americana ainda possui outros órgãos permanentes, como a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), a Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ) e a Organização Ibero-americana de Seguridade Social (OISS).

Antes de cada Cúpula são realizadas diversas reuniões com ministros de estado dos países membros. Tais encontros têm como objetivo analisar políticas e discutir soluções para os assuntos que estarão em pauta durante a Cúpula. Desta forma, os resultados dessas discussões são repassados para os líderes, que os apreciarão durante a conferência.

A questão entre Argentina e Uruguai já vem ocorrendo desde o início de 2006. A partir de então, as relações entre os dois países passaram a se deteriorar. O assunto foi levado à Corte Internacional de Justiça, em Haia, porém ainda aguarda resolução.

Mesmo com a discussão em trâmite, no dia 8 de novembro de 2007, primeiro dia do encontro, o governo uruguaio deu sinal verde para a construção da Usina. No mesmo dia, o presidente uruguaio Tabare Vazquez havia realizado um discurso na cúpula buscando uma conciliação entre as partes, que foi muito bem recebido pelo presidente argentino Nestor Kirchner.

Um dia após a liberação da construção da fábrica, o governo uruguaio fechou sua fronteira com a Argentina na região da construção da usina papeleira. A resposta por parte do governo argentino foi imediata; a delegação do país presente no encontro iniciou uma série de protestos contra a decisão uruguaia e o presidente Kirchner acusou Vazquez de “apunhalar o povo argentino pelas costas”.

De acordo com Kirchner, a decisão do

governo uruguaio colocara um fim na mediação que vinha sendo exercida pelo rei espanhol.

Além do embate entre Uruguai e Argentina, a XVII Cúpula Ibero-americana também foi marcada por conflitos ideológicos. Os presidentes da Venezuela, Hugo Chavez, da Bolívia, Evo Morales e da Nicarágua, Daniel Ortega lideraram os debates no bloco esquerdista, criticando o neoliberalismo e apresentando soluções desenvolvimentistas alternativas.

Embora de orientação socialista, o Primeiro-Ministro espanhol José Luís Zapatero serviu de contraponto as idéias esquerdistas diversas vezes e respondeu às propostas de reestatização econômica de Hugo Chavez afirmando a eficiência do setor privado, e rebateu as críticas de Ortega às empresas transnacionais espanholas.

Desse conflito ideológico surgiu uma situação constrangedora para a Cúpula. Chávez chamou o ex-primeiro-ministro espanhol Jose Maria Aznar de “fascista”, durante seu discurso. A afirmação seria devido à proximidade de Aznar com o presidente estadunidense George W. Bush.

Zapatero, então, respondeu prontamente em favor de seu antecessor no governo espanhol, afirmando que Aznar havia sido democraticamente eleito, e pedindo que o presidente venezuelano fosse mais diplomático.

Entretanto, Chavez continuou a falar ininterruptamente mesmo com o microfone desligado. Isso fez com o rei espanhol se levantasse e pedisse que o venezuelano “se calasse”.

O governo espanhol já afirmou que não se desculpará pelo acontecido. Embora tenham considerado que as relações com a América Latina sejam de vital importância, o partido socialista, maioria no parlamento espanhol, afirmou que não será tolerada qualquer tipo de ofensa a cidadãos espanhóis.

Embora tais acontecimentos tenham

ofuscado o encontro, Enrique Iglesias afirmou que esta foi uma Cúpula rica em acordos.

No documento aprovado no encontro, a Declaração de Santiago, constam algumas metas para a América Latina, como por exemplo a obtenção dos Objetivos do Milênio<sup>2</sup> da ONU antes do prazo de 2015, a realização de reformas tributárias que tenham como objetivo o financiamento de políticas para o desenvolvimento humano e a coesão social, e a criação de projetos de mobilidade acadêmica para pós-graduação.

Além disso, foram criados dois fundos: um por iniciativa do governo espanhol, com o intuito de aumentar as redes de saneamento básico e distribuição de água potável para a América Latina, e outro do governo chileno para a proteção à infância.

O próximo encontro ocorrerá em El Salvador, em 2008, ainda sem data definida, e o tema do próximo encontro será "Juventude".

## Referência

### Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

CNN On-line

<http://www.cnn.com/>

Ciberamerica

<http://www.ciberamerica.org>

Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo

<sup>2</sup> Os Objetivos do Milênio são uma série de metas definidas pela ONU para a promoção do bem estar social no mundo. A organização colocou o ano de 2015 como prazo final para a obtenção dos objetivos.

<http://www.cumbresiberoamericanas.com>

## Conjuntura Internacional

**Pontifícia Universidade Católica - MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof<sup>a</sup>. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

### Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof<sup>a</sup>. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro, Luciana Mendes.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: [ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

